

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 565.286 - TO (2020/0058256-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**REQUERENTE : GIORGIO CORDEIRO AZEVEDO GATTO (PRESO)**  
**ADVOGADO : PAULO ROBERTO DA SILVA - TO000284A**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

Por intermédio da petição de fls. 52-53, a Defesa postula a revogação da prisão do Requerente, com a imediata expedição de alvará de soltura, *"com fundamento na nova recomendação do CNJ que tem a finalidade de estancar o surto pandêmico nas unidades prisionais, considerando o alastramento da doença em todo território nacional"*.

Aduz, ainda, que *"o PACIENTE encontra-se PRESO DESDE 31/10/2019, HÁ 137 DIAS, por acusação de crime SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA (artigo 171 do Código Penal e artigo 47 da Lei de contravenções penais)"* (fl. 52).

É o relatório. Decido.

O Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso **é o responsável pela expedição do mandado de prisão**, sobretudo no caso, em que não foi comprovado o real estado de saúde do Paciente, tampouco as condições do estabelecimento prisional.

Desse modo, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora